

**RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 919.047 DISTRITO FEDERAL**

<b>RELATOR</b>	<b>: MIN. MARCO AURÉLIO</b>
<b>RECTE.(S)</b>	<b>: AFFONSO FERREIRA DA SILVA</b>
<b>RECTE.(S)</b>	<b>: CLODOALDO FAUSTINO DE SOUZA</b>
<b>ADV.(A/S)</b>	<b>: SOLANGE MARIA DE CARVALHO CAVALCANTE</b>
<b>RECDO.(A/S)</b>	<b>: UNIÃO</b>
<b>PROC.(A/S)(ES)</b>	<b>: ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO</b>

**DECISÃO**

**RECURSO EXTRAORDINÁRIO –  
INTERPRETAÇÃO DE NORMAS LEGAIS  
– INVIABILIDADE – DESPROVIMENTO  
DO AGRAVO.**

1. O acórdão impugnado mediante o extraordinário revela interpretação de normas estritamente legais, não ensejando campo ao acesso ao Supremo. À mercê de articulação sobre a violência à Carta da República, pretende-se submeter a análise matéria que não se enquadra no inciso III do artigo 102 da Constituição Federal. Este agravo somente serve à sobrecarga da máquina judiciária, ocupando espaço que deveria ser utilizado no exame de processo da competência deste Tribunal.

2. Conheço do agravo e o desprovejo.

3. Publiquem.

Brasília, 9 de outubro de 2015.

Ministro MARCO AURÉLIO  
Relator